



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS QUE REGULAMENTAM O CONCURSO PÚBLICO

Estas Instruções Específicas, o Edital nº 25/2023, a Resolução nº 17/2017, do Conselho Universitário - CONSU, o Edital de Condições Gerias nº 15 de 02 de fevereiro 2018, publicado no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2018 e demais legislações pertinentes, disciplinarão o Concurso Público para Professor de Magistério Superior, não cabendo a qualquer candidato alegar desconhecê-lo.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde/ Saúde Coletiva/ Saúde da Família.

CURSO: Curso de Medicina da Faculdade de Medicina do Mucuri

LOCAL: *Campus* do Mucuri – Teófilo Otoni - MG

1. DA TITULAÇÃO

Graduação em Medicina e experiência profissional comprovada mínima de 2 (dois) anos como médico na área de Saúde da Família ou Atenção Primária à Saúde.

2. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sistema Único de Saúde. Princípios, diretrizes e normativas do SUS.
2. Princípios da Atenção Primária à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica.
3. Ações preventivas básicas: vacinação e aleitamento materno.
4. Estratégia Saúde da Família.
5. Pneumonia comunitária.
6. Desnutrição.
7. Exame periódico de Saúde e Prevenção Quaternária.
8. Síndrome Metabólica e o gerenciamento do cuidado.
9. Avaliação global da pessoa idosa na atenção básica.
10. Política Nacional de saúde do trabalhador e doenças ocupacionais mais prevalentes no Brasil.

3. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BALLESTER, D. et al. A inclusão da perspectiva do paciente na consulta médica: um desafio na formação do médico. Revista Brasileira de Educação Médica. Rio de Janeiro, v. 34. n. 4. p. 598-606, Oct./Dec. 2010.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/jJKr4ZwwsL7NvVxDKMmVddJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Brasília, DF, 28 set. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, DF, 23 ago. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. Decreto nº 7508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 jun. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Caderno da Atenção Básica nº 19. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/velhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Redes Estaduais de Atenção à Saúde do Idoso: guia operacional e portarias relacionadas. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_estaduais.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

_____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

GAMA, A. S.; GOUVEIA, L. F. SUS – Sistema Único de Saúde esquematizado. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2013.

GIOVANELLA, L. et al. (Orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

GUSSO, G.; LOPES, J. M. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: Princípios, Formação e Prática. 1 ed. Porto Alegre: Artmed. 2012.

LINDGREN, C. R. A.; VIANA, M. R. A. Saúde da família: cuidando de crianças e adolescentes. 1. reimpr. rev. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2006.

MCWHINNEY, I. R.; FREEMAN, T. Manual de Medicina de Família e Comunidade. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOUTH-PAUL, J. E.; MATHENY, S. C.; LEWIS, E. L. Current Diagnóstico e Tratamento: Medicina de Família e Comunidade. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

STEWART, M., et al. Medicina Centrada na Pessoa: transformando o método clínico. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina da UFVJM – Campus Mucuri, Teófilo Otoni, 2018. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/fammuc/colegiado-documentos/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Outras bibliografias a critério do candidato.